

APRESENTAÇÃO

*Rosângela de Lima Vieira*¹

Com satisfação apresento esse dossiê sobre a “África, e as relações Brasil e África”, fruto de um trabalho compartilhado na disciplina.

Embora a lei 10.639 de 2003 tenha tornado obrigatórios os conteúdos de história e cultura afro-brasileira e africana², os entusiastas crêem no efeito multiplicador num processo de mudança na formação dos professores e profissionais em geral. O currículo escolar não pode retratar somente a cultura europeia, num país em que 45% da sua população é formada por afrodescendentes³.

Nosso interesse em relação à África vem se ampliando ao longo do tempo, na própria experiência acadêmica. Organizamos a *Semana Acadêmica Africana* em dois anos consecutivos (2016 e 2017); o evento que busca ampliar conhecimentos e proporcionar análises conjunturais sobre o Continente, as relações Brasil e países africanos, e a população brasileira afro-descendente.

Também a *Semana* tem proporcionado um contato mais direto com aspectos da vida cultural africana com a presença dos embaixadores de Guiné Bissau e da Costa do Marfim, e com a realização de oficinas gastronômicas, de turbantes e de boneca Abaomi. Enfim, a diversidade tem sido a marca da *Semana Acadêmica Africana*: tratamos de história, economia, política e cultura popular.

Por outro lado, com os eventos, foi ficando cada vez mais clara a necessidade de estudos mais formais sobre o Continente para alunos de graduação. A oportunidade de preenchermos parte desta lacuna ocorreu com o oferecimento da disciplina *Tópicos de História* para os cursos de Ciências Sociais e Relações Internacionais da FFC/Unesp-Marília, em 2017. Sua ementa nos permitiu a criação de um programa que abarcasse dois grandes objetivos: 1) caracterizar o processo de colonização do continente africano na perspectiva da “análise dos sistemas-mundo”; 2) relacionar o processo de descolonização e a atualidade do continente africano com os interesses do sistema-mundo moderno.

Sendo uma disciplina optativa, surpreendeu-nos a procura para matrícula, estudantes de CS, de RI e outros cursos como filosofia e biblioteconomia. A proposta da disciplina foi que estudássemos de forma ampla a temática e que, ao término, organizássemos um dossiê sobre a África e os afro-descendentes, contribuindo assim para a ampliação necessária da produção acadêmica sobre o tema.

Os cinco artigos deste número surpreenderam pela variedade temática e qualidade acadêmica, o que demonstra o esforço de pesquisa e o entusiasmo na adesão à proposta inicial. Deles, aqui está uma breve amostra.

Uma questão a ser observada constitui-se nas contradições decorrentes do processo histórico de formação dos países africanos se evidenciam na dificuldade de convivência entre os povos de diferentes etnias que são obrigados a conviver. O artigo “Os desdobramentos dos conflitos na angola: os bakongos e seu estigma de estrangeiro” de Rafael Andrade Caldas aponta para a análise desse caso.

¹ Professora doutora do Departamento de Ciências Políticas e Econômicas. Faculdade de Filosofia e Ciências – UNESP/Campus de Marília.
rosangela_vieira@uol.com.br

²E a lei 11.645 de 2008 incluiu também a história e cultura dos povos indígenas brasileiros. Essa lei, contudo, lamentavelmente foi revogada por medida provisória MP 746/2016.

³ IBGE, 2006.

Também as relações entre o Brasil e países da África foram objeto de estudos neste dossiê. João Victor Scomparim Soares e Lucas Lima da Cruz produziram “Brasil e o processo de descolonização de Angola: a relação bilateral de duas ex-colônias portuguesas da colonização à construção de embaixadas”. Eles ressaltam as relações bilaterais entre Brasil e Angola desde os tempos remotos, em que ambos eram dominados por um mesmo país, Portugal. Os autores procuraram ainda compreender quais foram os processos que envolveram ambos os países durante o período colonial, relacionando com aspectos da contemporaneidade que se refletem no fato de o Brasil ter sido o primeiro país a reconhecer a independência de Angola e, logo em seguida, estabelecer embaixada em Luanda.

Agora apresentamos três artigos que tratam da temática dos africanos no Brasil. Os dois primeiros versam sobre as teorias eugênicas, enquanto respaldo científico para os conceitos, ou melhor, pré-conceitos sobre essa população. O texto “A influência das teorias raciais e eugênicas na produção científica nacional durante os séculos XIX e XX”, de Larissa Cristina Clemente Veiga e Luis Fernando de Castro Vascon, apresenta a história do Brasil marcada por conflitos raciais desde o amargo contexto da escravidão. A desigualdade e o preconceito vividos até hoje pela população negra na sociedade brasileira tiveram respaldo na produção científica do país que, apoiada em teorias raciais e eugênicas vindas da Europa, promoveram a ideologia dominante do racismo, especialmente após a abolição da escravatura. O artigo tem por objetivo compreender o processo histórico de formação dos discursos científicos raciais no Brasil, do período monárquico até a passagem para o século XX. A partir do recorte histórico realizado, observa-se no país a tentativa de compreender as desigualdades sociais pautadas na inferiorização dos negros, vista a partir do modelo europeu de civilização. As premissas criadas neste período consolidaram políticas de criminalização da população negra até nossos dias.

O segundo artigo que trata da temática “Oliveira Vianna e os desdobramentos das teorias eugênicas no Brasil” de Thaís Rodrigues Vieira, discute a relação do Brasil com o continente africano, ressaltando a realidade da população afrodescendente no país. Leva em consideração o preconceito histórico, que esse contingente humano sofreu e ainda sofre, e as teorias acadêmicas que legitimaram o racismo em nossa sociedade. Ou seja: entro a produção intelectual brasileira recebeu no século XX a influência das teorias eugênicas europeias, que propagavam a superioridade da “raça branca” ou “ariana”, tendo como um de seus principais expoentes o intelectual e burocrata brasileiro Oliveira Vianna.

Por fim, Gabriela de Abreu Ribeiro em: “A anulação dos africanos escravizados como sujeito histórico-identitário brasileiro” nos traz uma reflexão sobre a invisibilidade dos africanos trazidos como escravos, enquanto sujeitos políticos e histórico ativos na formação da identidade nacional e coletiva brasileira. Sendo o Brasil um país mestiço, composto por indígenas, ibero-americanos e africanos, o desenvolvimento da identidade nacional significa a apreensão, principalmente pela intelectualidade dominante brasileira, de uma historiografia propriamente nacional. Deste modo, como diz a autora: pensar o povo brasileiro é pensar naqueles povos que nos compuseram. A historiografia tradicional se limita a falar da escravidão, mas não dos escravos enquanto sujeitos históricos e, portanto, constituinte do processo de formação nacional.

* * *

Como se pode observar foram inúmeros temas que instigaram os alunos em suas pesquisas; algumas já estavam em andamento, outras surgiram das discussões em sala de aula. Por tudo isso, aprendi muito, devo confessar! E também estou orgulhosa da dedicação desses alunos – em aprender, pesquisar e escrever – desejosos em contribuir com os esforços para valorizar a África e os Africanos como alicerce de nossa história.